

O FERVO DA TERRA



DEBORAH
GOLDEMBERG

CADERNO DE SUGESTÕES DO(A) EDUCADOR(A) MEDIADOR(A)

Elaboração:
Kátia Chiaradia

© Kátia Chiaradia, 2025.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Douglas Rios – Bibliotecário – CRB1/1610)

C532f

Chiaradia, Kátia.

O ferver da terra - Caderno de sugestões do(a) educador(a) mediador(a) /
Elaboração: Kátia Chiaradia. 1.ed. – São Paulo-SP: Cálida Editora, 2025.
20 p.

ISBN 978-65-986774-1-1

1. Literatura – Ferver da terra. 2. Educação - Caderno de sugestões.
I. Título.

CDU 82:37

Índices para catálogo sistemático:

1. Literatura – 82
2. Educação – Caderno de sugestões - 37

Editores

Elaine Caniato
Ramon Carlini

Capa

Elaine Caniato

Revisão textual

Cristina Campos



CÁLIDA EDITORA LTDA.

Rua Engenheiro Ranulfo Pinheiro Lima, 33
Vila Monumento – São Paulo-SP
(11) 2063-8961 – calidabacuri@gmail.com
www.calidaeditora.com.br
Instagram: calidaeditora

Carta aos educadores mediadores

Cara mediadora, caro mediador,

Há livros que chegam como se fossem cicatrizes abertas na pele da terra, trazendo o calor e a memória de disputas que ainda ardem. *O fervero da terra*, de Deborah Goldemberg, é uma narrativa ambientada no norte de Mato Grosso, entre os anos 1970 e 1990, quando a fronteira agrícola avança sobre terras indígenas e a descoberta do ouro atrai multidões de garimpeiros. Pela voz de Aké, indígena Itaguará (etnia fictícia denominada para a obra – termo originário do tronco linguístico tupi-guarani, que significa “Pedra do Lobo”), retirado de seu povo ainda criança e criado como capataz de fazenda, acompanhamos o conflito entre Luís de Castilhos, fazendeiro assentado pelo governo, e Messias, líder carismático dos garimpeiros. A disputa pela terra se transforma em tribunal simbólico, onde o que está em jogo não é apenas a propriedade, mas os diferentes projetos de Brasil: o da lei escrita e o da ocupação popular, sempre atravessados pela presença indígena. Aqui, literatura não é documento frio, mas também não é fantasia: é forma de memória, é relato insurgente, é disputa por sentido. O livro tem outra escolha inteligente: inserir a voz de Aké em um tribunal, interpretado por Luana, uma jovem de 18 anos escolhida para compor o júri e analisar os fatos com imparcialidade. Esse movimento tensiona quem pode falar, quem é ouvido e quem decide. A fala de Aké, entrecortada de línguas e memórias, devolve à literatura o que tantas vezes foi silenciado: a perspectiva indígena sobre a terra, sobre a lei e sobre a história.

Nesse espaço, mito e história se entrelaçam: a terra é mais do que recurso, é organismo vivo; a fala indígena é mais do que testemunho, é cosmologia. É nesse ponto que o livro dialoga diretamente com a Lei nº 11.645/2008, que determina o ensino da história e da cultura indígenas não como apêndice, mas como eixo estruturante da formação cidadã. A presença de Aké como narrador afirma que não há compreensão do Brasil sem a escuta das vozes indígenas. Além disso, *O fervero da terra* se insere na **Categoria 1 – Indígena** do PNLD Literário porque coloca a voz indígena no centro da narrativa. Aké traz à tona a memória coletiva de seu povo, mistura línguas e cosmologias e mostra a relação vital com o território. A obra rompe estereótipos ao apresentar um indígena em situação contemporânea, vivendo os efeitos da colonização e do garimpo, e reafirma os direitos culturais indígenas ao inscrevê-los como protagonistas da história do Brasil. Por isso, para os Anos Finais, *O fervero da terra* oferece múltiplas chaves de leitura: a análise da novela polifônica como gênero, a reflexão sobre a oralidade presente no discurso de Aké, a discussão ética no confronto entre Castilhos e Messias, e, sobretudo, a possibilidade de reconhecer como os povos indígenas continuam a narrar e a resistir, mesmo diante das mais brutais tentativas de apagamento. Trata-se do encontro com uma narrativa que atualiza a ferida aberta da disputa pela terra no Brasil, mas que também convida a pensar na pluralidade de futuros possíveis.

Grandes nomes da pesquisa sobre mediação de textos literários, como Teresa Colomer, Silvia Castrellón, Marisa Lajolo, Cecília Bajour e Felipe Munita, cujos estudos inspiram, embasam e perpassam todo este Caderno de Sugestões para o(a) Educador(a) Mediador(a), são unânimes em afirmar que a mediação de textos tem um indiscutível componente humanizador. Com essa convicção, convidamos você a se aproximar de *O fervero da terra* com escuta atenta, reconhecendo que aqui se entrelaçam literatura, história e cosmologias indígenas. Que a mediação seja também um gesto de reconhecimento da obra, dos estudantes e das culturas que ela evoca.

Desejamos a você e aos seus alunos as mais significativas experiências!

A importância da leitura e da mediação literária

Não se forma um leitor apenas pela leitura do texto literário. O debate sobre temas sociais amplia conexões entre obra, leitor e comunidade, configurando intervenção social que permite questionar ordens simbólicas e compreender perspectivas diversas. O desafio da educação literária é identificar, em cada obra, o que ela guarda de humano. Como lembra Silvia Castrillón (2024, p. 86), é preciso “mediar e ir além”. Felipe Munita (2024, p. 97) acrescenta que o mediador enriquece a interação da criança com objetos culturais, ativando estruturas mentais que favorecem a aprendizagem.

A literatura torna-se aliada no processo educativo ao possibilitar empatia e reflexão sobre desigualdades e sentidos da vida. Mediar não é apenas aproximar textos, mas promover apropriação crítica da cultura escrita. Contudo, a escola muitas vezes reduz a leitura a uma lição: garantir interpretação “correta”. Assim, arrisca-se a podar o que há de mais valioso na formação leitora – o espanto, a dúvida, a identificação inesperada. A verdadeira leitura nasce no tropeço, no detalhe que escapa ao adulto, na provocação que atravessa corpo e experiência do jovem leitor.

Nesse contexto, o mediador deve abrir espaço para leituras imprevistas, confiar no potencial de quem lê e reconhecer que a literatura não oferece uma verdade pronta, mas o direito de pensar o mundo em liberdade. Mediar leitura com jovens é caminhar entre liberdade e descoberta.

Leitura e mediação literária na escola

A escola, como território privilegiado da cultura escrita, carrega a responsabilidade não apenas de apresentar grandes livros aos estudantes, mas de formar leitores: de livros, de mundo, de si, dos outros, das palavras e dos silêncios. Ler, nesse contexto, não pode ser apenas uma etapa da rotina escolar ou uma tarefa a ser cumprida para fins de avaliação. A leitura literária, tal qual a adolescência, não deve ser vivida simplesmente como uma travessia, mas sim como um espaço-momento de risco e de reflexão, pleno por si só.

Assim, para que a escola garanta que a **mediação literária** seja um processo contínuo, no qual os estudantes tenham liberdade e segurança para se expressar, interpretar e questionar os textos, em diferentes ocasiões (porque a aprendizagem nunca é homogênea e regular), outro aspecto relevante é a **integração** entre a sala de aula e a biblioteca escolar. Muitas vezes, esses espaços são vistos como instâncias separadas, o que fragmenta o processo de formação leitora. Para que a mediação na escola seja efetiva, é necessário um trabalho colaborativo entre professores e bibliotecários, promovendo práticas que unam os aspectos técnicos da formação leitora, majoritariamente definidos no espaço da aula, para a descoberta e contínua construção da autonomia na construção de sentidos, uma competência que não tem hora nem lugar, mas que é favorecida por espaços intencionalmente organizados para isso, como as bibliotecas (Castrillón, 2024). A biblioteca escolar não é o lugar do recreio ou da pausa da aula. Ela é, ou pode ser, o lugar onde os estudantes exercitam o direito de escolher, de reler, de errar, de conversar, de abandonar um livro e depois voltar a ele.

Portanto, formar leitores na escola, seja em sala ou na biblioteca, não significa apenas ensinar a reconhecer autores, contextos históricos e figuras de linguagem, embora tudo isso tenha seu valor. Significa propor caminhos para que o estudante aprenda a ler com os próprios olhos, a construir sentidos a partir de suas inquietações, a enxergar o texto como lugar de encontro e não de consumo. Uma mediação sig-

nificativa acolhe leituras subjetivas, mas também sustenta deslocamentos, provoca, tensiona, sustenta o silêncio e a dúvida como modos legítimos de compreensão. Não há atalhos para a formação de leitores, mas há caminhos. E a escola é um deles.

E nas bibliotecas públicas e comunitárias?

É indiscutível que as bibliotecas públicas e comunitárias desempenham um papel essencial na **democratização do acesso à literatura** e no fortalecimento da leitura como prática cultural. Elas são espaços dinâmicos, onde a leitura é frequentemente vivenciada de forma compartilhada e transformadora, afinal “[...] um dos maiores prazeres que um leitor pode experimentar [é] a participação em uma comunidade que constrói significado em torno da leitura”. (Munita, 2024, p. 163).

Diferentemente da escola, onde a leitura pode estar atrelada a objetivos curriculares, as bibliotecas públicas e comunitárias oferecem um espaço de descoberta mais livre, no qual leitores e mediadores podem explorar diferentes temas, gêneros e autores, sem nem mesmo conhecer esses termos, de acordo com seus interesses e necessidades pessoais e subjetivos.

Por isso, a mediação nesses espaços tem um caráter **diversificado** e, sobretudo, **inclusivo**. Frequentadores das bibliotecas são leitores em diferentes estágios de formação – desde crianças em processo de alfabetização até idosos que encontram na leitura uma nova forma de conexão com o mundo e com sua experiência de vida. Assim, as estratégias de mediação devem ser flexíveis e adaptáveis, respeitando os distintos perfis de leitores e promovendo experiências significativas. Dada a pluralidade de seu público, a mediação literária nessas bibliotecas deve, também, se articular a outros campos do conhecimento e da cultura. O diálogo entre literatura, história, ciências, artes visuais e música, por exemplo, amplia as possibilidades de interpretação e aproxima a leitura do cotidiano dos leitores. A biblioteca, nesse caso, se torna não apenas um espaço de acesso físico ao livro, mas um território de **pertencimento e construção de identidades**, no plural.

Além disso, especificamente as bibliotecas comunitárias, muitas vezes geridas por coletivos locais, têm um papel ainda mais específico na valorização das identidades culturais das comunidades onde estão inseridas. A escolha dos acervos e as atividades de mediação nesses locais precisam considerar a realidade e os interesses dos leitores, criando um ambiente em que a literatura dialogue diretamente com suas experiências de vida. Projetos como rodas de leitura, saraus literários e encontros intergeracionais são exemplos de práticas que fortalecem a relação dos leitores com os livros e com a própria comunidade.

Sobre a obra *O fervo da terra*

A autora Deborah Goldemberg

Deborah Goldemberg nasceu em São Paulo, em 1975. Antropóloga graduada e mestra pela London School of Economics, atua, desde 1998, em projetos socioambientais no Brasil e na América Latina. Estreou na literatura em 2009 com *Ressurgência icamiaba* (Annablume, 2009) e, no mesmo ano, publicou a primeira versão de *O fervo da terra* (Carlini & Caniato Editorial, 2009). É autora do romance *Valentia* (Editora Grua, 2012), finalista dos prêmios Machado de Assis e Jabuti, além de obras juvenis como *Antônio descobre veredas* (Editora Biruta, 2014) e *A brecha: uma reviravolta quilombola* (Editora Estrela

Cultural, 2020), esse último também finalista do Prêmio Jabuti em 2021. Publicou a dramaturgia *Makunaimã: o mito através do tempo* (Editora Elefante, 2019), premiada nacionalmente e encenada no Sesc SP. Como cronista, reúne sua obra em *sites* variados e tem algumas obras reunidas em *Forró: o corpo não mente* (Carlini & Caniato Editorial, 2024).

.....
Visite o *site* – www.deborahgoldemberg.com – para conhecer a obra completa da autora.
.....

O tema e a forma em *O fervo da terra*

O fervo da terra, de Deborah Goldemberg, é uma novela densa e simbólica, ambientada no norte do Mato Grosso, entre os anos 1970 e 1990. O enredo acompanha a disputa por um lote de terra entre um fazendeiro gaúcho, Luís de Castilhos, e um líder garimpeiro chamado Messias, no contexto dos projetos de colonização da Amazônia incentivados pelo governo e da explosão do garimpo na região. A disputa, no entanto, é narrada por Aké, um indígena Itaguará, separado de seu povo ainda criança e criado por uma família de colonos. Aké não é apenas observador dos fatos: ele é a ponte entre mundos distintos, o narrador que carrega memórias ancestrais enquanto tenta encontrar seu lugar em uma sociedade que o empurra para as margens. Ao longo da narrativa, acompanhamos julgamentos formais e informais, alianças instáveis, incêndios, mortes e o uso estratégico da palavra como forma de resistência. Tudo se encaminha para um tribunal simbólico, em que a verdade sobre a posse da terra é colocada em jogo. O desfecho não oferece soluções fáceis, mas convida o leitor a pensar em qual história merece ser ouvida e qual justiça é possível num território marcado por apagamentos. Nesse sentido, mais do que retratar um conflito fundiário, o livro encena um embate de visões de mundo. A terra, para os diferentes personagens, não significa a mesma coisa: para o fazendeiro, é posse e herança; para o garimpeiro, é promessa e sobrevivência; para Aké, é corpo, memória e espírito. Essa pluralidade é sustentada por uma linguagem híbrida e intensa, que mistura registros da oralidade, da documentação jurídica, da fala popular e de expressões indígenas. A narrativa nos obriga a escutar o que quase nunca temos a oportunidade de fazer: um indígena que sobreviveu ao apagamento e que narra sua história com marcas de dor, mas também com ironia, ritmo e saber. A fala de Aké não busca agradar nem se adequar: ela fere, desorganiza, canta. E aí está sua força.

Nesse ponto, a relevância da obra se ancora no modo como ela devolve à literatura o que tantas vezes foi negado: a centralidade das vozes indígenas na história do Brasil. Aké não aparece como figura decorativa, nem como símbolo de uma pureza idealizada. Ele é um sujeito contraditório, consciente das violências que viveu e também das que cometeu. Sua fala carrega feridas coloniais, mas também memória coletiva. Nesse sentido, *O fervo da terra* faz aquilo que a escola, muitas vezes, evita: confronta o leitor com as camadas mais complexas da nossa formação como país. Não se trata apenas de narrar a história da ocupação de uma região, algo que poderia ocorrer nas aulas de história. Na prática, trata-se de colocar em cena os efeitos persistentes do colonialismo, do racismo e da exploração da terra. Além disso, algo é interessante na forma: a novela se constrói como uma espécie de tribunal oral, em que Aké ocupa o lugar de testemunha, réu, advogado e cronista ao mesmo tempo. A sua narrativa é entrecortada pelas anotações, quase como de um diário, de uma jovem chamada Luana, de dezoito anos recém completados, que foi chamada para compor o júri do julgamento de Aké. Essa segunda voz, que graficamente se apresenta

em *itálico*, não repete a história: ela comenta, questiona e compara a partir do lugar de onde fala, o de uma jovem de hoje, que lê o passado com outros olhos. O efeito dessa escolha é duplo. Por um lado, Luana dá ao leitor um espelho: é como se ela abrisse caminho para que também pensemos em voz alta diante da narrativa, trazendo nossas referências e dúvidas. Por outro, ela evidencia o contraste entre a experiência de Aké, atravessada por décadas de violência e silenciamento, e a leitura que ela, tão inexperiente e distante dos fatos, é obrigada a fazer das ações dele, já que foi convocada a julgar. O julgamento não gira apenas em torno do ato de Aké ter matado um garimpeiro, mas de toda a sua trajetória: suas escolhas podem ser vistas como crime, sobrevivência ou consequência inevitável de um sistema que o esmagou desde criança. Assim, as anotações em *itálico* tornam-se um convite ao lembrar que não basta escutar Aké como quem ouve um depoimento antigo. É preciso pensar sobre o que essa escuta significa hoje, para nós, e como cada leitor, junto da menina-jurada, assume a responsabilidade de decidir que justiça é possível. Ao fazer isso, a obra propõe uma estética da justiça que é coletiva, encarnada e ritual, e convida o leitor a sair da posição de espectador para assumir o papel de jurado, ouvinte que precisa decidir o que fazer com o que escuta.

Esse é um dos motivos pelos quais a obra ampara diretamente a Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígenas na educação básica. Ao trazer para o centro da narrativa um personagem indígena que fala, interpreta e desestabiliza os discursos dominantes, o livro cumpre um papel essencial. Ela também não oferece “curiosidades sobre os povos indígenas”, mas sim um mergulho em sua cosmologia, em sua visão de mundo e na permanência dos seus saberes. Nesse sentido, alinha-se com os princípios da Categoria 1 – Indígena do PNLD Literário Equidade, ao representar com respeito uma cultura indígena, valorizar sua visão de mundo, romper estereótipos e afirmar direitos culturais e territoriais. A presença da oralidade na fala de Aké, a convivência conflituosa entre línguas e a relação simbólica com a terra são elementos centrais dessa representação. Além disso, hoje, quando debates sobre a legalização de territórios indígenas, a exploração ilegal de minérios e os direitos dos povos originários ganham nova visibilidade, *O fervero da terra* se mostra especialmente necessário. Ele não apenas atualiza questões históricas como evidencia que a disputa pelo direito de existir, de narrar e de habitar a terra ainda está em curso. Por isso, ao ser levado para a escola, o livro pode ajudar estudantes a refletirem sobre temas como justiça, memória, diversidade de vozes e convivência entre diferentes formas de habitar o mundo.

Quanto ao gênero literário, como já dito, *O fervero da terra* é uma **novela**. De acordo com Massaud Moisés (2013, p. 331), a estrutura da novela tem um quadro típico “a começar da ação, essencialmente multívoca, polivalente, que ostenta pluralidade dramática. Constitui-se em uma série de unidades ou células dramáticas encadeadas, com início, meio e fim”. Para fins de comparação teórica, é nessa sequência de eventos dramáticos que a novela se diferencia do conto, que é sempre mais breve e se reduz a um único conflito. E o que diferenciaria a novela de um romance? De acordo com Moisés, a diferença está na linearidade e na sucessividade dos eventos, uma vez que as ações são contínuas e sucessivas, criando uma rede de ação e tempo menos complexa do que aquelas empregadas pelo romance. A novela também se destaca por sua concisão estrutural e pela progressão linear dos acontecimentos, englobando apenas um conflito central, que, no caso de *O fervero da terra*, gira em torno da disputa pela terra. Além disso, outra característica da novela que os leitores certamente identificarão são os

poucos focos de ação, as ações contínuas e sucessivas e uma rede de ações pouco complexas, mesmo que com grande significado, assim como o tempo delimitado e o ritmo narrativo ágil. Outro aspecto importante é que *O fervero da terra* também pode ser lido como uma novela polifônica. Isso porque sua narrativa se constrói a partir de duas vozes distintas, situadas em tempos diferentes e que dialogam de maneira sutil, mas poderosa, como já mencionado anteriormente nesta análise. A alternância entre essas duas vozes confere à obra uma dimensão dialógica e múltipla, típica da polifonia: não há uma única verdade ou uma só interpretação, mas diferentes olhares que se entrecruzam, tencionam-se e enriquecem a leitura.

Por fim, convém analisar a capa da obra. O artista plástico e pesquisador Amir Brito Cadôr afirma, em seu livro *Eu nunca leio, só vejo as figuras*, que elementos paratextuais como a capa são importantes para a construção de sentidos numa obra. A capa do livro *O fervero da terra* apresenta uma composição visual simples, mas que se relaciona diretamente com o enredo. O fundo amarelo de textura mesclada, com tons terrosos e traços brancos, remete tanto à lama revolvida do garimpo quanto ao brilho do ouro, sugerindo, desde o início, a ambiguidade entre riqueza e destruição que atravessa a narrativa. A tipografia utilizada foge da norma gráfica convencional: há mistura entre letras maiúsculas e minúsculas de diferentes tamanhos e dois “R” na palavra “terra” com traços distintos, sendo um deles invertido. Esse recurso na inversão remete simultaneamente a dois pontos: ao espelhamento gráfico, um erro comum em pessoas recentemente alfabetizadas ou com pouca familiaridade com a escrita, e ao confronto com o outro por causa da terra. Em outras palavras, portanto, essa escolha remete à escrita popular de quem não teve acesso à educação formal e, por isso, improvisa com o que tem e escreve não necessariamente dentro do padrão, como acontece nas cidades surgidas rapidamente em áreas de garimpo. E, mais do que isso, a tipografia visualiza certo embate presente no próprio livro: o conflito de mundos e de formas de expressão, a disputa por território, a inversão de sentidos. A picareta desenhada de forma primitiva ao lado da palavra “terra” é outro elemento simbólico importante: ela parece cravar-se na palavra, ilustrando a violência com que o território é explorado. Assim, em uma capa que parece “errada”, colorida e improvisada, desloca-se o olhar do leitor desde o primeiro contato com o livro, antecipando os temas de que o texto tratará: desigualdade, juventude periférica, racismo, resistência e exclusão.



Recepção e mediação: “indo além”

Em sua mais recente obra publicada no Brasil, *Biblioteca na escola* (Editora Pulo do Gato, 2024), Silvia Castrillón, uma das mais renomadas vozes ibero-americanas nas pesquisas sobre mediação de leitura literária, afirma que a mediação realizada principalmente por professores e bibliotecários deve ser “essencialmente uma prática de intervenção social” (Castrillón, 2024, p. 87). Ela ainda critica projetos sociais que “reduzem a ampla dimensão da cultura escrita ao uso instrumental da leitura e da escrita” e defende que, ao contrário de tal projeto, a mediação de leitura deve sempre “ir além”, “promover e expandir o acesso das pessoas à cultura escrita, ajudando-as a questionar as ordens simbólicas que limitam suas experiências consigo mesmas, com os outros e com o mundo” (Castrillón, 2024, p. 87-88).

Nesse sentido, inspirados por Castrillón, convidamos você, mediadora, mediador, a pavimentar conosco o caminho que permitirá a seus estudantes e estudiosos “irem além”. Para tanto, vamos nos aprofundar em algumas **chaves de leitura** que consideram o **contexto de recepção**, e podem, eventualmente, serem temas dolorosos e **fraturantes** para alguns.

O júri popular

No livro *O fervero da terra*, o leitor é surpreendido logo nas primeiras páginas com uma convocação inesperada: uma menina, jovem, com pouco repertório sobre o que está por vir, é convocada a participar de um júri. Não há aviso prévio, não é algo que ela escolheu. Simplesmente acontece e, de repente, Luana se depara com uma história que precisa ouvir, analisar e julgar. Para muitos leitores pode parecer estranho imaginar que pessoas comuns, sem serem juízes ou advogados, possam julgar alguém. Mas é assim que funciona o tribunal do júri no Brasil. O júri popular é uma instituição prevista pela Constituição, usada em casos graves, geralmente quando há crimes contra a vida, como homicídio. Nele, quem decide o destino do acusado não é apenas o juiz, mas um grupo de jurados. Eles são sorteados entre pessoas maiores de 18 anos, em dia com a Justiça Eleitoral, e não precisam ter qualquer formação na área jurídica. Eles decidem a condenação ou a absolvição do réu, mas é o juiz quem profere a sentença final, com base nessa decisão, e estabelece a pena em caso de condenação.

A convocação do júri é aleatória e não pode ser recusada sem motivo justo, pois a função é um serviço obrigatório no Brasil. Esse ponto é central: o papel do jurado não é ser especialista, mas ser alguém capaz de ouvir, refletir e decidir com base no que é apresentado. Por isso, durante o julgamento, os jurados não podem ter contato com celulares, redes sociais, televisão ou qualquer coisa que interfira no caso. A ideia é garantir que a decisão seja tomada a partir dos fatos relatados e dos testemunhos ouvidos na sala do tribunal, e não de opiniões prontas, rumores ou preconceitos.

Na novela, essa estrutura do júri é usada como uma metáfora poderosa. A menina que narra os trechos em *itálico* representa todos nós: leitores que chegam sem saber direito o que esperar, convocados a ouvir uma história complexa, cheia de camadas, dor, escolhas difíceis e silêncios acumulados. Ela não sabe muito sobre a ditadura, sobre os povos indígenas, nem sobre o que se passou com Aké, o protagonista da narrativa principal. Mas ela escuta, faz perguntas, compara com coisas que conhece ou de seu repertório, como o anime *Attack on Titan*^{*}, e tenta, com sinceridade, formar sua opinião. Apesar de parecer uma situação bastante distante de grande parte dos estudantes, a convocação ao júri é uma prática comum e muito necessária para a justiça brasileira, e é importante que os estudantes conheçam o processo.

***Attack on Titan é uma aclamada série de anime e mangá de Hajime Isayama sobre a humanidade lutando pela sobrevivência contra gigantes devoradores de humanos. A história acompanha Eren Yeager, Mikasa Ackerman e Armin Arlert após o seu mundo ser ameaçado por um Titã Colossal.**

A oralidade como escolha estética

Mediadora, mediador, ao longo da leitura você deve ter notado a forma como os personagens aparecem na narrativa. Para leitores acostumados à norma padrão do português, sobretudo em meios escolares, essa escrita pode soar “errada” ou estranha. Mas não é falha: é escolha estética. A autora registra a fala a partir das entonações reais, do modo de construir o plural, das

expressões locais e da sintaxe cotidiana. No português formal, a concordância nominal é redundante: “as casas bonitas”. Já em variedades como o português rural, afro-brasileiro ou indígena bilíngue, ela é mais econômica: “as casa bonita”, com artigo no plural, mas não os outros elementos. Essa forma é sistemática e compreensível. Como mostram estudos de Marcos Bagno (2007), segue princípios de economia linguística e funcionalidade comunicativa, provando que o falante sabe usar a língua de modo eficiente.

Ao trazer essa oralidade, *O fervero da terra* dá autenticidade aos personagens e questiona o que se entende como linguagem “correta”. Em vez de adequar a fala a um português formal, o texto honra modos reais de expressão. Isso é significativo porque o apagamento da fala, junto com cultura, memória, língua e território, foi e é uma forma violenta de exclusão de povos indígenas e outros grupos marginalizados. Ler esse tipo de escrita é um exercício de escuta ativa, que reconhece outras vozes e formas de narrar o mundo. A escrita “errada”, aqui, não existe: há uma escrita que se recusa a traduzir o outro em moldes normativos.

As diferentes violências

O fervero da terra revela um território onde a violência é estrutural: assassinatos, disputas por terra e ouro, usurpação de territórios indígenas e instituições que silenciam vozes como a de Aké. Também há a violência simbólica – perda do nome, língua e pertencimento – e a ambiental, pela devastação do garimpo. A narrativa mostra que essas violências não pertencem só ao passado: jovens de hoje também enfrentam racismo, preconceito e destruição de seus ambientes. A mediação literária deve acolher essas experiências, garantindo respeito e confiança, seja no silêncio ou na fala. Assim, a escola e a biblioteca se tornam espaços de cuidado e escuta responsável, cumprindo não apenas uma função pedagógica, mas também ética, em defesa dos direitos previstos no *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

A violação dos territórios indígenas

A história de Aké, em *O fervero da terra*, não é isolada: segue viva no país, em expulsões, casas queimadas, águas envenenadas e povos vivendo à margem, lutando pelo reconhecimento de seus territórios e dignidade. Muitos indígenas estão nas cidades, preservando sua cultura em meio ao racismo e à falta de políticas públicas. Essa trajetória de perda e adaptação forçada também é resistência – próxima aos estudantes, indígenas ou não, que sofrem desrespeito às raízes, preconceito e exclusão. A leitura abre espaço para dar voz a essas experiências, permitindo que reconheçam feridas próprias e comunitárias. A mediação deve ser atenta e responsável: não corrigir, mas acolher relatos e garantir apoio diante da vulnerabilidade. Assim, escola e biblioteca se tornam aliadas da luta indígena, tornando visível o que muitos preferem ignorar.

***O fervero da terra* e seus leitores dos Anos Finais**

A escolha de *O fervero da terra* para o 9º ano é relevante porque articula forma e conteúdo de modo desafiador e adequado a futuros egressos do Ensino Fundamental. Narrada por Aké, indígena da etnia fictícia Itaguará, a novela apresenta sua história como julgamento. O leitor assume a posição simbólica de jurado, ouvindo o depoimento de alguém arrancado da terra ainda criança, que perdeu nome, língua e comunidade e cresceu como capataz em fazenda sobre território indígena. Esse recurso rompe a

passividade da leitura: em vez de respostas prontas, pede que cada leitor decida como compreender Aké – acusado, vítima ou sobrevivente –, deslocando a literatura para o campo ético e político.

Essa estratégia é adequada ao 9º ano, quando estudantes já lidam com narrativas críticas e múltiplos pontos de vista. Ao acompanhar Aké, percebem que o julgamento não trata apenas de um indivíduo, mas de coletividades silenciadas e de um país que construiu sua modernidade sobre a exclusão indígena. O tribunal de *O fervero da terra* reflete a história republicana, em que leis e projetos favoreceram fazendeiros, empresas e garimpeiros, em detrimento das comunidades originárias.

A obra dialoga diretamente com a BNCC: a habilidade **EF09HI07** propõe analisar pautas indígenas no contexto republicano; a trajetória de Aké exemplifica essas exclusões. A habilidade **EF09HI08**, sobre diversidade no século XX, também encontra eco, mostrando que a violência contra indígenas não é apenas algo do passado, mas estrutura o presente. Já a **EF09HI06**, sobre o papel do trabalho, conecta-se à condição de Aké como trabalhador forçado, permitindo refletir sobre desigualdades no campo e a ausência de cidadania plena para povos originários e comunidades tradicionais.

Outro aspecto é a linguagem: a voz de Aké não segue a norma culta, mas mescla traços indígenas, fala cabocla e oralidade popular. Longe de “erro”, essa escolha integra o sentido da obra, obrigando o leitor a lidar com a estranheza e reconhecer outras formas de pensar o mundo. Para estudantes em ampliação de repertório, a experiência mostra que a literatura brasileira também se constrói a partir de vozes das margens.

Por fim, o julgamento simbólico não é apenas recurso literário, mas efeito pedagógico: convida os estudantes a refletirem sobre sua responsabilidade como leitores do texto e do contexto. Julgar Aké é posicionar-se diante da história do país. O tribunal da obra revela que não há neutralidade: todo silêncio é também uma decisão.

.....

Sugestões de abordagem de *O fervero da terra*

Para apoiar sua atuação na mediação, apresentamos a seguir algumas sugestões de atividades e projetos. Porém, cara mediadora, caro mediador, é importante lembrar que essas são apenas possibilidades, que podem ser seguidas como estão ou adaptadas de acordo com a sua realidade. Além disso, há diversas outras formas de explorar a obra, que vão além das atividades e projetos aqui propostos.

Atividades didáticas

Atividades didáticas são procedimentos que organizam o trabalho didático e pedagógico em uma situação de aprendizagem. Elas são, assim, uma ponte entre os alunos (ou leitores, no nosso caso) e um objeto de conhecimento. Aqui, como estamos sugerindo atividades para um contexto de **mediação de leitura literária** que, por sua vez, é possivelmente o processo mais central na **formação de leitores literários**, entendemos que a aprendizagem que pretendemos favorecer aos estudantes é justamente seu avanço em determinados domínios da leitura (Munita, 2024, p. 65-66), ou seja, sua **autonomia como leitor**.

Para isso, recorremos a um texto de Robert Probst, de 1986, profundamente atual e sempre presente nas referências de grandes nomes da pesquisa em mediação, a despeito das quatro décadas de sua publicação no *English Journal*. Em ‘Three relationships in the teaching of literature’ (algo como ‘Três relações no ensino de literatura’), Probst defende que o primeiro movimento para quem busca autonomia leitora

é relacionar-se com o texto literário. Depois disso, relacionar-se com outros leitores acerca do texto literário e, por fim, relacionar o texto literário lido a outros textos literários. Nesse sentido, nossas propostas têm a seguinte **intencionalidade pedagógica**: na Atividade 1, sugerimos que o(a) mediador(a) conduza o leitor de maneira analítica a um aspecto marcante do texto literário, ou seja, ele deve mergulhar no texto literário (no caso de *O fervero da terra*, escolhemos o gênero); na Atividade 2, a proposta é que os leitores tenham condições de se conectar uns aos outros enquanto leitores que partilham a mesma obra, que é *O fervero da terra*; na Atividade 3, por fim, apresentaremos outro texto do campo artístico-literário, que será lido tendo em perspectiva a leitura de *O fervero da terra*.

Atividade 1 – O leitor e o texto: a polifonia da obra

Habilidades prioritariamente mobilizadas:
(EF69LP47) (EF69LP53).

Objetivos de aprendizagem sugeridos:

- Identificar as composições de diferentes gêneros literários, como novela e relato reflexivo.
- Investigar, em texto narrativo ficcional, a forma de composição da novela, atentando-se a elementos como enredo, foco narrativo e narrador, entre outros.
- Ler em voz alta o texto literário.
- Utilizar conhecimentos prévios na leitura do texto para empregar efeitos de sentido.

Competência Geral: 3, 4.

Competência Específica de Língua Portuguesa: 3, 9.

Objetivo Geral: Reconhecer os efeitos de sentido produzidos pela polifonia em *O fervero da terra*, explorando a alternância entre duas vozes narrativas, a de Aké, indígena que conta sua trajetória, e a de Luana, jurada convocada para julgar essa história.

Pré-leitura

Apresente a capa e o título de *O fervero da terra*. Pergunte à turma o que imagina que pode significar a expressão “ferro da terra”. Incentive a turma a levantar hipóteses:

O que vocês acham que vai acontecer na obra?
O que será que significa a expressão “ferro da terra”?
Como vocês acham que a história será contada?
Será que ela seria diferente se fosse contada por mais de uma pessoa?

Durante a leitura

Proponha que a turma faça a leitura compartilhada dos primeiros capítulos, intercalando trechos lidos em voz alta. Combine que um grupo lê os trechos em fonte normal (voz de Aké) e outro grupo lê os trechos em itálico (voz de Luana). Assim, desde o início, os estudantes já percebem que a obra não é conduzida por uma única perspectiva. Explique que essa alternância de vozes é o que chamamos de polifonia. A voz de Aké é a de quem narra sua própria história: marcada pela perda de seu território, pelo apagamento de sua língua e pela violência dos colonizadores. Já a voz de Luana aparece como anotações suas em itálico e pertence a uma jovem que foi convocada para participar de um júri popular. Ela não reconta os fatos, mas os comenta, compara-os e reage, trazendo a visão de alguém de outro tempo, mais próximo do leitor contemporâneo. Nesse momento, você pode explicar o que é a função de júri que ela está cumprindo, a partir da chave de leitura “A explicação do júri”. Algumas perguntas que podem auxiliar:

Vocês percebem alguma coisa diferente na forma como as duas vozes narram a história?
Vocês acham que a voz de Luana é importante para a leitura do texto?
Será que o texto seria muito diferente sem a voz de Luana? E sem a voz de Aké?
Vocês acham que essas diferentes vozes se complementam?

Pós-leitura

Depois da leitura, organize os estudantes em grupos para construir um mapa mental sobre a polifonia em *O fervero da terra*. Partam da pergunta central:

Como a presença de duas vozes narrativas muda a leitura da obra?

Os grupos podem destacar:

- o que cada voz traz de singular;
- como o leitor é convocado a se posicionar como jurado, assim como Luana;
- de que forma a alternância entre as vozes amplia a reflexão sobre justiça, direitos e memória.

Em seguida, divida a turma em pequenos grupos para organizar uma **produção coletiva** que mostre a importância da polifonia no livro. Essa produção pode assumir a forma de cartazes, painéis visuais ou até pequenas frases ilustradas. Cada grupo pode destacar um aspecto: a voz de Aké (ancestralidade, terra, memória), a voz de Luana (juventude, julgamento, presente) e o papel do leitor como jurado (reflexão, responsabilidade, escuta). Finalize propondo uma exposição aberta à comunidade escolar ou ao entorno da biblioteca. Os cartazes ou painéis podem ser expostos em murais, corredores ou mesmo no espaço externo da biblioteca. Essa etapa dá visibilidade ao trabalho dos estudantes, reforça o papel da literatura como ponte entre tempos e experiências, e convida outras pessoas da comunidade a refletirem sobre a importância de escutar diferentes vozes. Finalize com uma roda de conversa:

O que vocês acharam da ideia de sermos jurados de uma história?

Vocês se sentiram mais próximos de Aké ou de Luana?

O que essa polifonia ensina sobre como diferentes pessoas enxergam a mesma realidade?

Caso seja possível, você pode reunir a turma para todos compartilharem suas respostas e percepções sobre o livro.

Sugestão para o contexto de biblioteca pública e comunitária

Para a leitura de *O fervero da terra* em bibliotecas, organize um espaço acolhedor em roda e coloque o livro no centro, convidando o grupo a imaginar o sentido do título. Proponha leitura alternada: um leitor com a voz de Aké (indígena marcado por deslocamentos) e outro com a de Luana (jovem de um júri popular). Faça pausas para discutir diferenças entre as vozes e o efeito do diálogo entre elas. Ao final, converse sobre a estrutura polifônica da obra, que convida o leitor a se colocar como jurado, e proponha a criação coletiva de um cartaz com frases ou desenhos que respondam: *Por que é importante escutar mais de uma voz?* O cartaz pode ser exposto na biblioteca como convite à comunidade.

Atividade 2 – O leitor e outros leitores: a literatura rompendo com os estereótipos

Habilidades prioritariamente mobilizadas:

(EF69LP44) (EF69LP46).

Objetivos de aprendizagem sugeridos:

- Estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas.
- Identificar a presença de valores sociais, culturais e humanos de diferentes visões de mundo.
- Participar da prática de compartilhamento de leitura da obra *O fervero da terra*.

.....
Competências Gerais: 3, 6.

Competências Específicas de Língua Portuguesa: 3, 6, 9.
.....

Objetivo Geral: Refletir, a partir da leitura de *O fervero da terra*, sobre a trajetória de Aké como representação da perda de identidade e de território vivida por muitos povos indígenas, refletindo sobre os efeitos da colonização e sobre a importância da memória cultural.

Pré-leitura

Apresente a capa e o título de *O fervero da terra*. Convide os estudantes a refletirem sobre a expressão “ferro da terra”. Pergunte:

O que vocês sabem sobre os povos indígenas do Brasil?

Quais línguas indígenas vocês conhecem ou já ouviram falar?

Vocês já ouviram histórias contadas por indígenas ou sobre indígenas? Onde?

Como acham que a vida desses povos mudou com a chegada de colonos e fazendeiros?

Explique que a obra *O fervero da terra* traz a trajetória de Aké, um menino indígena que, ao ser separado de seu povo, perde parte de sua cultura, da sua língua e do vínculo com suas origens. Diga que a leitura vai nos ajudar a pensar como histórias individuais também revelam processos coletivos da história do Brasil.

Durante a leitura

Proponha a leitura compartilhada dos primeiros capítulos. Peça que os estudantes grifem ou anotem trechos em que Aké fala da perda da língua, da terra ou da relação com seu povo. Nas páginas 9 e 10, Aké explica o nome que foi forçado a ter e revela o seu nome verdadeiro. Explique que elementos como esse não dizem respeito apenas à vida dele, mas refletem experiências que marcaram a história dos povos indígenas no Brasil.

Faça pausas rápidas para conversar: quando Aké perde a língua de origem, na página 13, lembre a turma de que centenas de línguas indígenas já desapareceram desde a colonização; quando ele é afastado de seu território, destaque que, ainda hoje, comunidades enfrentam expulsões pelo avanço do garimpo e do agronegócio. Mostre que a narrativa de Aké ajuda a entender processos históricos que não ficaram no passado, mas permanecem atuais, e que ler sua trajetória é também refletir sobre o Brasil e suas desigualdades.

*O que significa, para Aké, perder a língua de seu povo?
Vocês acham que a perda de uma língua pode apagar também memórias e modos de vida?
Que sentimentos essa perda de identidade desperta em vocês como leitores?
O que a história de Aké pode nos ensinar sobre a relação entre memória, cultura e resistência?*

Pós-leitura

Depois de concluída a leitura, proponha que os estudantes se organizem em grupos para criar cartazes temáticos. Cada cartaz deve destacar uma mensagem sobre a importância da preservação das culturas indígenas, inspirada em trechos da narrativa de Aké. Sugira que cada grupo escolha um eixo central, como a perda da língua, da terra ou da cultura. Os cartazes podem trazer frases de impacto, desenhos, símbolos indígenas ou pequenos trechos retirados do livro. Incentive o uso de cores e imagens que transmitam força e visibilidade. Depois de prontos, os cartazes devem ser espalhados em diferentes pontos da escola e, se possível, também em espaços da comunidade. A ideia é transformar a leitura em um movimento de sensibilização coletiva, em que a história de Aké convoque outras pessoas a refletirem sobre a importância de preservar e respeitar as culturas indígenas. Finalize com uma roda de conversa perguntando:

*Qual mensagem vocês mais gostariam que a comunidade recebesse com esses cartazes?
Como a história de Aké nos ajuda a entender a luta indígena hoje?
De que forma a escola pode apoiar essa causa?*

Sugestão para o contexto de biblioteca pública e comunitária

Para mediar a leitura de *O ferver da terra* em bibliotecas, organize um encontro em roda e convide a comunidade. Antes da leitura, converse sobre os povos indígenas, suas línguas, histórias e os impactos da colonização. Explique que o livro narra a trajetória de Aké, menino indígena que perde língua, cultura e vínculos com seu povo, refletindo processos históricos ainda atuais. Durante a leitura, faça pausas em trechos-chave, como a imposição de um nome (p. 9-10) ou a perda da língua (p. 13), para dialogar sobre identidade, memória e resistência. Ao final, proponha a criação de cartazes coletivos que expressem temas como língua, terra ou cultura, a serem expostos na biblioteca ou na comunidade, como convite à reflexão sobre a preservação e o respeito às culturas indígenas.

Atividade 3 – A obra em diálogo: Leitura comparada entre *O ferver da terra* e “Cuitelinho”

Habilidades prioritariamente mobilizadas:

(EF69LP44) (EF89LP32) (EF89LP33).

Objetivos de aprendizagem sugeridos:

- Selecionar procedimentos e estratégias adequados à leitura de *O ferver da terra*.
- Ler *O ferver da terra*.
- Participar de práticas de compartilhamento de leitura/recepção de obras literárias e outras manifestações artísticas.
- Elaborar comentários de ordem estética e afetiva a partir dessa participação.
- Ler *O ferver da terra* e “Cuitelinho”, comparando-os quanto à forma e ao estilo.
- Estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas.
- Identificar valores sociais, culturais e humanos de diferentes visões de mundo.

.....
Competência Geral: 3, 4.

Competências Específicas de Língua Portuguesa: 3, 9.
.....

Objetivo Geral: Valorizar as variantes linguísticas brasileiras presentes na literatura e na música, compreendendo como diferentes modos de falar revelam identidades sociais, regionais e culturais, por meio da comparação entre *O ferver da terra* e a canção “Cuitelinho”.

Pré-leitura

Comece propondo uma roda de conversa com os estudantes. Pergunte:

*Vocês já ouviram alguém dizer que tal forma de falar está “errada”?
Vocês acham que algumas formas de falar são mais valorizadas do que outras?
Vocês já presenciaram alguma atitude preconceituosa a partir da fala de alguém?*

Apresente a ideia de que o Brasil tem muitas formas de falar e que elas aparecem tanto na música quanto na literatura. Explique que a atividade será uma leitura comparada entre uma canção e um livro que mostram como diferentes vozes constroem sentidos, memórias e modos de vida.

Durante a leitura

Agora, conduza a leitura do livro *O fervero da terra*. Durante a leitura, peça para os estudantes destacarem trechos em que a marca da oralidade aparece fortemente, não apenas na fala de Aké, mas também na de outros personagens, demonstrando que a variação linguística não se relaciona apenas com a etnia, mas também com o ambiente em que se está inserido. Destaque, em especial, a escrita marcada pela oralidade e o uso não redundante do plural. Em seguida, ouça com a turma a música “Cuitelinho”, de Antonio Xando e Paulo Vanzolini, interpretada por Renato Teixeira e Pena Branca & Xavantinho. Se possível, distribua a letra impressa. Peça para que identifiquem ortografia e concordância que diferem da norma padrão, como “parentáia”, “naváia”, “óio”, “Onde as onda se espaia / as garça dá meia-volta”. Então, converse:

Que semelhanças existem entre a fala de Aké em O fervero da terra e a do eu lírico na música?
Vocês acham que essas escolhas de linguagem foram feitas por acaso?
Por que pode ser importante escrever assim, do jeito que se fala?

Após a discussão, explique que essa variante vista em ambas as obras registra um funcionamento diferente da língua na norma padrão, que também aparece na literatura, na música e na fala cotidiana de milhões de brasileiros.

Pós-leitura

Depois da leitura da música “Cuitelinho” e de trechos de *O fervero da terra*, reúna a turma em roda para retomar o que foi observado. Pergunte:

Que semelhanças existem entre as falas presentes na música e no livro?
Vocês acham que as pessoas que falam assim sofrem algum tipo de julgamento?
Vocês já ouviram alguém corrigir ou zombar da forma como outra pessoa fala?
Por que isso acontece?

A partir das respostas, introduza com sensibilidade a discussão sobre o **preconceito linguístico**: a ideia de que algumas formas de falar são “erradas” apenas porque não seguem a norma culta, mesmo sendo compreensíveis e legítimas. Mostre que o modo de falar de uma pessoa está ligado à sua história, ao seu território, à sua cultura, e que todas as variedades do português são formas válidas de expressão. Para encerrar, proponha que os estudantes escrevam frases curtas com base na reflexão coletiva. Essas frases podem compor um **painel coletivo** sobre o direito de cada pessoa falar do seu jeito. O painel pode ficar na entrada da escola ou biblioteca, ao lado de cópias da música “Cuitelinho” e trechos de *O fervero da terra*.

Sugestão para o contexto de bibliotecas públicas e comunitárias

Organize uma sessão de leitura comparada entre *O fervero da terra*, de Deborah Goldemberg, e a canção “Cuitelinho”, divulgando o evento na comunidade como convite a refletir sobre os diferentes jeitos de falar no Brasil. No encontro, disposto em roda, inicie perguntando sobre experiências com variações de fala e preconceito linguístico. Leia trechos do livro que valorizam a oralidade e ouça a música, observando como ambas destacam vozes fora da norma padrão. Promova a conversa sobre culturas, memórias e identidades expressas pela linguagem. Para encerrar, proponha que os participantes escrevam frases afirmando o direito de falar do próprio jeito, formando um painel coletivo a ser exposto na biblioteca, acompanhado de cópias da música e do livro.

Projetos de leitura

Projetos didáticos são ações organizadas e organizadoras do tempo e dos assuntos e temas que envolvem uma situação-problema. Seu objetivo é, assim, articular propósitos didáticos (o que se deve aprender) e propósitos sociais (como ele impactará a comunidade), o que oferece mais sentidos às práticas de aprendizagem, escolarizadas ou não. É importante também que você saiba, prezada mediadora, prezado mediador, que a demanda de um projeto geralmente parte de seu público, que se torna corresponsável pelo processo e pela aprendizagem. No nosso caso, sugerimos a estrutura de dois projetos; é essencial que você avalie a pertinência de cada um deles a seu contexto e, se for o caso, faça as adaptações cabíveis, para que todos possam ter uma experiência orgânica, rica e significativa.

No caso dos projetos que sugerimos a seguir, seja no contexto escolarizado ou não, o cronograma para as etapas descritas deve ser elaborado pelo(a) mediador(a), que é quem conhece a realidade local.

Projeto 1: Memórias da terra

Habilidades prioritariamente mobilizadas:

(EF69LP07) (EF69LP47) (EF09HI07) (EF09HI08) (EF09HI09).

Objetivos de aprendizagem sugeridos:

- Investigar em *O fervo da terra* as formas de composição próprias do gênero novela.
- Investigar como os impactos provocados por catástrofes naturais ou mudanças de um ecossistema afetam sua população.
- Identificar pautas dos povos indígenas no contexto republicano.
- Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX.
- Explicar o significado das mudanças de abordagem sobre as questões de diversidade no Brasil, no século XXI.
- Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais. Elaborar cartazes.

Competência Geral: 3, 4, 7.

Competências Específicas de Língua Portuguesa: 3, 9.

Competência Específica de História: 1.

Objetivo Geral:

Investigar como a leitura de *O fervo da terra* revela processos de exclusão e apagamento de povos indígenas e refletir sobre as mudanças no debate sobre diversidade e as conquistas de direitos resultantes da luta social no Brasil republicano, organizando uma exposição de cartazes.

Justificativa: Na narrativa, Aké é retirado de seu povo, perde sua língua, sua terra e sua cultura – experiências que representam a exclusão histórica dos povos indígenas. Essas marcas não pertencem apenas ao passado: elas dialogam com o contexto republicano brasileiro, em que indígenas e populações afrodescendentes foram sistematicamente silenciados. Relacionar Literatura e História oferece aos estudantes a oportunidade de reconhecer esses processos, analisar como o debate sobre diversidade mudou ao longo do século XX e refletir sobre o papel fundamental dos movimentos sociais nas conquistas de direitos até o século XXI.

Procedimentos

Etapas 1 – Leitura e escuta

Leia trechos de *O fervo da terra* que mostram a perda da língua (p. 17), da terra (p. 14) e o desenraizamento de Aké. Pergunte:

*De que forma Aké é excluído de sua própria história?
O que essa exclusão representa, em termos mais amplos, para os povos indígenas do Brasil?*

Etapas 2 – Conexão com o contexto republicano

Apresente pequenos textos ou imagens que mostrem como, no Brasil republicano (até 1964), indígenas e afrodescendentes foram tratados de maneira marginal (por exemplo: projetos de “integração forçada”, leis que negavam terras indígenas, discursos sobre “assimilação cultural”).

Pergunte:

*Como essas políticas aparecem na vida de Aké?
Que lógicas de exclusão vocês conseguem identificar?*

Etapas 3 – Transformações no debate sobre diversidade

Converse com a turma sobre o século XX e como surgiram novas formas de falar sobre diversidade (Constituição de 1988, reconhecimento de línguas e territórios, movimento negro, movimento indígena).

Pergunte:

*Que mudanças de abordagem aconteceram ao longo do século XX?
Como essas mudanças contrastam com o que Aké viveu?*

Etapas 4 – Produção coletiva

Organize os estudantes em grupos para criar cartazes históricos-literários. Cada grupo deve abordar e pesquisar um eixo:

- Exclusão (trajetória de Aké mais documentos republicanos de apagamento);
- Diversidade (novos debates sobre pluralidade cultural no século XX);
- Direitos (conquistas obtidas por meio de movimentos sociais, indígenas e afrodescendentes).

Os cartazes podem reunir trechos do livro, dados históricos e frases de impacto criadas pelos próprios estudantes. As pesquisas que os compõem podem ser feitas através dos computadores da escola, se houver, ou através de materiais que você pode selecionar e organizar.

Etapas 5 – Exposição e debate

Monte a exposição nos murais da escola ou biblioteca. Para finalizar, oportunize um momento em que os grupos apresentem seus cartazes e debatam:

*Como o livro ajuda a entender o passado de exclusão dos povos indígenas?
Que conquistas já foram alcançadas graças à luta social?
O que ainda precisa mudar?*

Sugestão para o contexto de biblioteca pública e comunitária

Etapas 1 – Convite e leitura

Divulgue a atividade com a pergunta “Quem ficou de fora da história do Brasil?”. No encontro, leia trechos de *O ferver da terra* que mostram a perda da língua, da terra e o desenraizamento de Aké, promovendo breves conversas sobre como ele é excluído de sua própria história.

Etapas 2 – Conexão com a história

Apresente materiais de apoio (notícias, documentos, imagens) que evidenciem a marginalização de indígenas e afrodescendentes no Brasil republicano. Relacione essas fontes à trajetória de Aké e discuta as lógicas de exclusão presentes.

Etapas 3 – Criação e partilha

Organize grupos para produzir cartazes sobre exclusão, diversidade e direitos, reunindo trechos do livro, dados históricos e frases de impacto. Monte uma exposição na biblioteca intitulada “*Exclusão e Resistência: vozes silenciadas na história do Brasil*” e finalize com roda de conversa sobre conquistas e desafios atuais.

Projeto 2: Juventude e cidadania

Habilidades prioritariamente mobilizadas:

(EF69LP44) (EF89LP24) (EF89LP25).

Objetivos de aprendizagem sugeridos:

- Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo em *O ferver da terra*.
- Realizar pesquisa sobre júri popular.
- Divulgar o resultado da pesquisa por meio de apresentação oral acompanhada por slides.

.....
Competências Gerais: 3, 4.

Competências Específicas de Língua Portuguesa: 3, 9.
.....

Objetivo Geral: Ao elaborar uma apresentação sobre a experiência de Luana no júri, espera-se que os estudantes investiguem seus deveres futuros com o Estado e sua participação na construção democrática, reconhecendo seu papel como cidadãos ativos na sociedade, a partir da leitura e da reflexão de *O ferver da terra*.

Justificativa: Em *O ferver da terra*, Luana é convocada para compor um júri, vivenciando um dever cívico que exige escuta atenta, imparcialidade e senso de responsabilidade. Essa situação é um convite para refletirmos sobre o papel dos jovens na sociedade: hoje, ainda em formação, mas, no futuro, responsáveis por votar, participar de decisões coletivas e até assumir funções públicas. O projeto pretende conscientizar os estudantes sobre direitos e deveres, fortalecendo a ideia de cidadania ativa.

Procedimentos

Etapas 1 – Leitura e problematização

Leia trechos em itálico da obra que mostram Luana como jurada. Pergunte:

*Alguém sabe o que significa ser chamada para um júri?
Por que essa é uma responsabilidade de todos os cidadãos adultos?
Como vocês acham que essa experiência muda a forma de olhar para a sociedade?*

Etapa 2 – Pesquisa em grupos

Organize a turma em grupos e proponha pesquisas (com uso de computadores da escola ou materiais impressos) sobre:

- como funciona o júri popular no Brasil;
- quais são os principais deveres dos cidadãos previstos na Constituição;
- a partir de que idade surgem responsabilidades como votar, alistamento militar, serviço de jurado e pagamento de impostos;
- movimentos sociais e ações juvenis que marcaram a história do Brasil (como o movimento estudantil).

Etapa 3 – Produção de slides

Convide cada grupo a organizar as suas descobertas em um conjunto de *slides* (via Google Apresentações, PowerPoint ou até cartolinas simulando apresentações), que deve conter:

- o tema pesquisado;
- os dados principais;
- imagens, tabelas ou gráficos para ilustrar;
- uma reflexão final conectando a pesquisa com a experiência de Luana no livro.

Etapa 4 – Apresentação e debate

Cada grupo deve apresentar seus *slides* para a turma. Após as apresentações, proponha um debate coletivo com as perguntas:

*O que significa ser cidadão no Brasil?
Como podemos nos preparar, desde já, para assumir essas responsabilidades no futuro?
Que papel a juventude pode desempenhar na transformação social?*

Etapa 5 – Síntese coletiva

Após as apresentações, reúna a turma para produzir um documento coletivo intitulado “Convicções da juventude cidadã”. Esse registro deve reunir, em tópicos ou parágrafos curtos, as ideias que os estudantes consideram essenciais sobre cidadania, direitos e deveres, a partir das pesquisas e reflexões feitas. O documento pode incluir o que foi pesquisado e constatado pelos estudantes, ou um resumo de suas pesquisas. Esse texto final pode ser digitado e impresso para ser afixado em um mural da escola ou biblioteca, ou publicado no *site*/rede social da instituição, como uma forma de dar visibilidade às vozes juvenis e reafirmar a importância de sua participação na sociedade.

Sugestão para o contexto de biblioteca pública e comunitária

Etapa 1 – Leitura e diálogo

Divulgue a atividade com cartazes e convites digitais sobre cidadania e juventude. No encontro, leia trechos de *O ferver da terra* em que Luana é convocada para o júri e converse sobre responsabilidades de um cidadão e como essa experiência afeta a visão de sociedade.

Etapa 2 – Pesquisa coletiva

Organize o grupo para investigar temas como o funcionamento do júri popular, deveres constitucionais, idade das responsabilidades civis e exemplos de movimentos juvenis. Registrem as descobertas em cartazes ou *slides* com informações, imagens e reflexões ligadas à história.

Etapa 3 – Partilha e síntese

Cada grupo apresenta sua produção, seguida de debate sobre cidadania, juventude e transformação social. Finalizem juntos um documento coletivo – “Convicções da juventude cidadã” – para ser exposto na biblioteca e divulgado como registro das reflexões.

Nossas referências

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

Em Nada na língua é por acaso, Marcos Bagno apresenta uma análise fundamentada das variedades linguísticas do português falado no Brasil, valorizando a diversidade linguística.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 20 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-brasileira e Indígena’. *Lex...* Brasília-DF: Diário Oficial da União, p. 1, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília-DF: MEC, 2017. Disponível em: <<http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

A BNCC é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros têm direito de desenvolver na Educação Básica.

CADÔR, Amir Brito. *Eu nunca leio, só vejo as figuras*. São Paulo: Lote 42, 2024.

Com mais de cem exemplos, a obra funciona como um guia de leitura para os livros de artista e sua aproximação com as obras para crianças.

CASTRILLÓN, Silvia. *Biblioteca na escola*. São Paulo: Pulo do Gato, 2024.

A autora defende a presença ativa das bibliotecas nas escolas como agentes de formação crítica e acesso à leitura. O livro explora a mediação de leitura como prática pedagógica que fomenta a autonomia leitora e a reflexão social, essencial para projetos educativos inclusivos.

GOLDEMBERG, Deborah. *Ressurgência icamiaba*. São Paulo: Annablume, 2009.

GOLDEMBERG, Deborah. *O fervero da terra*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2009.

GOLDEMBERG, Deborah. *Valentia*. São Paulo: Editora Grua, 2012.

GOLDEMBERG, Deborah. *Antônio descobre veredas*. São Paulo: Editora Biruta, 2014.

GOLDEMBERG, Deborah. *Makunaimã – O mito através do tempo*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GOLDEMBERG, Deborah. *A brecha: uma reviravolta quilombola*. São Paulo: Editora Estrela Cultural, 2020.

GOLDEMBERG, Deborah. *Forró: o corpo não mente*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2024.

GOLDEMBERG, Deborah. *O fervero da terra*. 2 ed. São Paulo: Cálida Editora, 2025.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2013.

Obra de referência indispensável a todos os que se interessam por literatura, com mais de setecentos verbetes, que, de acordo com a importância do assunto, podem ir da informação sintética de algumas linhas ao pequeno ensaio analítico de várias páginas.

MUNITA, Felipe. *Eu, Mediador(a) – mediação e formação de leitores*. São Paulo: Solisluna, 2024.

Munita oferece uma visão contemporânea da mediação, valorizando o papel do mediador como leitor sensível e agente cultural.

PROBST, Robert E. Three relationships in the teaching of literature. *The English Journal*, v. 75, n. 1, p. 60-68, 1986. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/816550>>. Acesso em: 26 mai. 2025.

Texto clássico que propõe três relações fundamentais na leitura literária: com o texto, com o outro e consigo mesmo.

XANDO, Antonio; VANZOLINI, Paulo. *Cuitelinho*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/renato-teixeira-e-pena-branca-e-xavantinho/1123101/>>. Acesso em: 26 set. 2025.

A canção “Cuitelinho”, colhida por Xando e ampliada por Vanzolini, um clássico da música caipira brasileira, é interpretada por Renato Teixeira junto à dupla Pena Branca e Xavantinho.

Nossas sugestões

Para aprofundar a exploração da obra *O fervero da terra*, selecionamos materiais que fornecem suporte teórico e prático ao(à) educador(a) mediador(a), ampliando as possibilidades de mediação da leitura, da análise literária e das discussões sociais que permeiam a narrativa.

KUIKURO MEHINAKU, Yamaluí. *Dono das palavras: a história de meu avô*. São Paulo: Todavia, 2024. *Nahũ Kuikuro foi um dos primeiros indígenas do Alto Xingu a aprender português. Assim como Aké, ele muito cedo foi retirado de seu povo. Durante muitos anos, foi mediador das relações entre indígenas e não indígenas e teve papel decisivo na criação do Parque Nacional do Xingu. De autoria de seu neto Yamalui Kuikuro, *Dono das palavras: A história de meu avô conta a sua história – que é também a história de um povo e de um país*.*

MUNDURUKU, Daniel. *Histórias de índio*. Ilustrações Laurabeatriz. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996.

Reúne contos indígenas que destacam cultura, valores e identidade dos povos originários.

VICK, Mariana. O estudo que mapeia a percepção do país sobre povos indígenas. *Nexo Jornal*, São Paulo, 13 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/04/13/o-estudo-que-mapeia-a-percepcao-do-pais-sobre-povos-indigenas>>. Acesso em: 17 set. 2025.

Pesquisa baseada em mais de 350 entrevistas, analisando como diferentes grupos da sociedade brasileira enxergam as populações indígenas.